

«em conta as conveniências do Tribunal e não as do cidadão que se relaciona com as instituições judiciárias», pelo que acaba por constatar a possibilidade de notificação por telecópia.

Acontece, porém, que, não estando o candidato, ou seu mandatário, presente, para poder ser notificado pessoalmente da decisão do Tribunal Constitucional, não existe outra forma de notificação compatível com os prazos curtos impostos pela celeridade que caracteriza o processo de suprimento das irregularidades das candidaturas. E a própria lei processual civil admite a possibilidade de notificação por telecópia (artigo 176.º, n.º 5).

O prazo em que o Tribunal Constitucional tinha, em concreto, de apreciar os requisitos formais da apresentação da candidatura, e, portanto, o dia em que a sua decisão seria proferida, resultam de disposição legal expressa, conjugada com o calendário eleitoral fixado. O recorrente sabia, pois, ou devia saber, em que dia iria ser notificado dessa decisão. E não se vê como uma alegada irregularidade de notificação, a ter existido, pode ter afectado o prazo de suprimento de irregularidades. Antes, tendo o número para o qual iria ser enviada a notificação sido indicado, a pedido do Tribunal e para esse fim, pelo próprio candidato — que assim logo ficou ciente da utilização dessa forma de notificação e, mesmo, de que iria ser notificado —, só podem ser imputadas à própria candidatura as dificuldades, alegadas pelo recorrente, de preparação da «sua defesa».

As restantes alegações do recorrente são irrelevantes para questionar o sentido da decisão recorrida, que deve, portanto, ser mantida.

III — **Decisão.** — Pelos fundamentos expostos, o Tribunal Constitucional decide:

- a) Não tomar conhecimento do recurso do Acórdão n.º 723/2005, interposto por Luís Filipe Botelho Ribeiro;
- b) Negar provimento aos recursos do mesmo acórdão apresentados por Maria Manuela de Sousa Magno e por Luís Filipe Brito da Silva Guerra.

Lisboa, 3 de Janeiro de 2006. — *Paulo Mota Pinto — Bravo Serra — Benjamim Rodrigues — Gil Galvão — Maria João Antunes — Vítor Gomes — Mário Torres — Carlos Pamplona de Oliveira — Maria Helena Brito — Maria Fernanda Palma — Rui Manuel Moura Ramos — Maria Prazeres Pizarro Beleza — Artur Maurício.*

## UNIVERSIDADE ABERTA

### Reitoria

**Despacho (extracto) n.º 1364/2006 (2.ª série).** — Por despacho reitoral de 17 de Dezembro de 2005:

Doutor José António Ferreira Porfírio, assistente em regime de contrato administrativo de provimento nesta Universidade — autorizado o contrato administrativo de provimento para exercer funções de professor auxiliar em regime de tempo integral, por um período de cinco anos, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 17 de Dezembro de 2005, com vencimento correspondente ao escalão 1, índice 195, considerando-se o contrato anterior rescindido. (Isento de visto do Tribunal de Contas, atento o disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

2 de Janeiro de 2006. — A Reitora, *Maria José Ferro Tavares.*

**Despacho (extracto) n.º 1365/2006 (2.ª série).** — Por despacho reitoral de 29 de Dezembro de 2005:

Licenciadas Vanda Maria Marques Gomes de Carvalho, Cidália Maria Henriques Marques, Maria Zélia Vieira da Rocha e Ana Carla São Pedro da Silva, técnicas superiores de 2.ª classe, da carreira técnica superior, de dotação global, do quadro de pessoal não docente da Universidade Aberta — nomeadas definitivamente, precedendo concurso, técnicas superiores de 1.ª classe da mesma carreira e quadro, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Janeiro do corrente ano, com os vencimentos correspondentes ao escalão 1, índice 460, respectivamente, considerando-se exoneradas da categoria anterior. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2006. — A Reitora, *Maria José Ferro Tavares.*

**Despacho n.º 1366/2006 (2.ª série).** — Foram designados os seguintes professores para fazerem parte do júri do concurso documental para provimento de um lugar de professor associado na área científica de Estudos Portugueses, grupo disciplinar de Literatura,

aberto pelo edital n.º 616/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 113, de 15 de Junho de 2005:

Presidente — Doutora Maria José Ferro Tavares, professora catedrática, reitora da Universidade Aberta.

Vogais:

Doutora Helena Buescu, professora catedrática do Departamento de Literatura Românica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Doutor Arnaldo Saraiva, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Doutora Isabel Allegro de Magalhães, professora catedrática da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Doutor António Machado Pires, professor catedrático da Universidade dos Açores.

Doutor Pedro Ferre, professor catedrático da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.

4 de Janeiro de 2006. — A Reitora, *Maria José Ferro Tavares.*

## UNIVERSIDADE DO ALGARVE

**Contrato (extracto) n.º 32/2006.** — Por despacho de 12 de Setembro de 2005 do reitor da Universidade do Algarve:

Licenciada Maria de Jesus Teixeira de Melo Patrício — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 2.º triénio, em regime de acumulação, a 50%, para a Escola Superior de Saúde de Faro, da Universidade do Algarve, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005 e pelo período de um ano, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 135.

28 de Novembro de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso.*

**Despacho n.º 1367/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 27 de Dezembro de 2005 do reitor da Universidade do Algarve:

Doutora Maria Leonor Faleiro — nomeada definitivamente professora auxiliar da Universidade do Algarve, com efeitos a partir de 10 de Março de 2006.

### Relatório final relativo à nomeação definitiva da professora auxiliar Maria Leonor Faleiro

O conselho científico da Faculdade de Engenharia de Recursos Naturais da Universidade do Algarve, em reunião do plenário restrito de 16 de Dezembro de 2005, e com base nos pareceres circunstanciados e fundamentados produzidos pelas Doutoras Isabel Maria Spencer Vieira Martins e Isabel Maria de Sá Correia, professoras catedráticas da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, respectivamente, considera que o relatório de actividade desenvolvida apresentado pela Doutora Maria Leonor Faleiro satisfaz os requisitos previstos no artigo 20.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU). Assim, o conselho científico deliberou por unanimidade propor a sua nomeação definitiva como professora auxiliar na Universidade do Algarve.

O Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Engenharia de Recursos Naturais, *José Manuel Peixoto Teixeira Leitão.*

29 de Dezembro de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso.*

### Reitoria

**Despacho n.º 1368/2006 (2.ª série).** — Por despacho do reitor da Universidade do Algarve de 22 de Dezembro de 2005, foram nomeados os seguintes professores para fazerem parte do júri referente ao pedido de equivalência de habilitações estrangeiras ao grau de mestre em Linguística requerida pela licenciada Elisabete Pais de Jesus Ramos:

Presidente — Doutor Manuel Célio de Jesus da Conceição, professor associado da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.

Vogais:

Doutora Graça Maria de Oliveira e Silva Rio-Torto, professora associada com agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Doutor Jorge Manuel Evangelista Baptista, professor auxiliar da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.

Doutora Lucília Maria Vieira Gonçalves Chacoto, professora auxiliar da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.

27 de Dezembro de 2005. — O Reitor, *Adriano Lopes Gomes Pimpão*.

## UNIVERSIDADE DE AVEIRO

**Aviso n.º 583/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 16 de Dezembro de 2005 da reitora da Universidade do Aveiro, foram designados para fazerem parte do júri do concurso com a referência CD-Q-45-DRH/2005 para provimento de um lugar de professor catedrático do grupo/subgrupo 16 — Ciências Sociais e Políticas, a que se refere o edital n.º 703/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 142, de 26 de Julho de 2005:

Presidente — Reitora da Universidade de Aveiro.

Vogais:

Doutor Adelino Augusto Torres Guimarães, professor catedrático do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Diogo José Fernandes Homem de Lucena, professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

Doutor José Esteves Pereira, professor catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Doutor Manuel António Garcia Braga da Cruz, professor catedrático da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.

Doutor Jorge Carvalho Arroiteia, professor catedrático da Universidade de Aveiro.

Doutor Artur da Rosa Pires, professor catedrático da Universidade de Aveiro.

22 de Dezembro de 2005. — O Administrador, *José da Cruz Costa*.

**Editais n.º 40/2006 (2.ª série).** — *Referência CD-Q-73-DRH/2005.* — A Doutora Maria Helena Vaz de Carvalho Nazaré, professora catedrática e reitora da Universidade de Aveiro, no uso da competência que lhe foi conferida pelo artigo 12.º dos Estatutos da Universidade de Aveiro, conjugado com o artigo 20.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, nos termos do disposto no artigo 37.º e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 39.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, faz saber que, pelo prazo de 30 dias contados do dia imediato àquele em que o presente edital for publicado no *Diário da República*, se abre concurso documental para preenchimento de um lugar de professor catedrático do grupo/subgrupo 5, Física.

I — Requisitos gerais e especiais de admissão — em conformidade com o disposto nos artigos 40.º, 42.º, 43.º e 44.º, n.º 1, do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, poderão apresentar-se ao concurso:

- Os professores catedráticos do mesmo grupo ou disciplina de outra universidade ou de análogo grupo ou disciplina de outra escola da mesma ou de diferente universidade;
- Os professores associados do mesmo grupo ou disciplina ou de análogo grupo ou disciplina de qualquer escola ou departamento da mesma ou de diferente universidade que tenham sido aprovados em provas públicas de agregação e contem, pelo menos, três anos de efectivo serviço docente na categoria de professor associado ou na qualidade de professor convidado, catedrático ou associado;
- Os professores convidados, catedráticos ou associados do mesmo grupo ou disciplina ou de análogo grupo ou disciplina de qualquer escola ou departamento da mesma ou de diferente universidade que tenham sido aprovados em provas públicas de agregação e contem, pelo menos, três anos de efectivo serviço docente como professores ou professores convidados daquelas categorias.

II — O requerimento de admissão ao concurso é instruído, sob pena de exclusão, com:

- Documentos comprovativos do preenchimento das condições fixadas em qualquer das alíneas do n.º I;
- 30 exemplares, impressos ou policopiados, do *curriculum vitae* do candidato, com a indicação das obras e trabalhos efec-

tuados e publicados, bem como das actividades pedagógicas desenvolvidas;

- Certificado do registo criminal;
- Documento comprovativo de que o interessado possui a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e de ter cumprido as leis de vacinação obrigatória;
- Documento comprovativo de ter cumprido as obrigações da Lei do Serviço Militar;
- Cópia simples do bilhete de identidade.

III — Os documentos a que aludem as alíneas c) a e) do n.º II podem ser dispensados desde que os candidatos declarem no requerimento, sob compromisso de honra, em alíneas separadas, a situação em que se encontram relativamente a cada um desses requisitos.

IV — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, estado civil, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade, termo da respectiva validade e serviço emissor, situação militar, residência, código postal e telefone);
- Habilitações literárias;
- Categoria, grupo ou disciplina a que pertence, tempo de serviço como docente universitário discriminado, por categorias profissionais, e universidade a que pertence;
- Especialidade adequada ao grupo/subgrupo para que foi aberto o concurso;
- Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem passíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal, os quais, todavia, só serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados;
- Concurso e categoria a que se candidata, mencionando o *Diário da República*;
- Data e assinatura.

As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido à reitora da Universidade de Aveiro, podendo ser entregue pessoalmente na Divisão de Recursos Humanos, sita no Novo Edifício Central e da Reitoria, 1.º, no Campus Universitário de Santiago, 3810-193 Aveiro, até ao termo do prazo fixado para a apresentação de candidaturas, ou remetido pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, expedido até ao termo do referido prazo.

V — Os candidatos pertencentes à Universidade de Aveiro ficam dispensados da apresentação dos documentos constantes das alíneas c) a e) do n.º II e, concomitantemente, do cumprimento do exarado no n.º III, desde que esses documentos já existam nos respectivos processos individuais, devendo tal facto ser expressamente declarado pelo candidato.

VI — A Reitoria comunicará aos candidatos o despacho de admissão ou não admissão ao concurso, o qual se baseará no preenchimento, por parte daqueles, das condições para tal estabelecidas.

VII — O concurso destina-se, de acordo com o estabelecido no artigo 38.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, a averiguar o mérito da obra científica dos candidatos, a sua capacidade de investigação e o valor da actividade pedagógica já desenvolvida, na observância do consagrado nos artigos 48.º e 49.º, n.º 1, sendo dada preferência aos candidatos com currículo científico na área de Física da Matéria Condensada/Espetroscopia e do Estado Sólido.

VIII — A este concurso é ainda aplicável o disposto nos artigos 45.º, 47.º, 48.º, 49.º, n.º 1, 50.º e 52.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

IX — Conforme exarado no despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, do Ministro Adjunto, do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Ministra da Igualdade, faz-se constar a seguinte menção: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

E para constar se lavrou o presente edital, que vai ser afixado nos lugares do costume.

22 de Dezembro de 2005. — O Administrador, *José da Cruz Costa*.

## Serviços Académicos e Administrativos

**Louvor n.º 28/2006.** — O licenciado José da Cruz Costa vem exercendo desde 2 de Setembro de 2002 o cargo de administrador desta Universidade.

Por razões de conveniência e oportunidade pessoal, o referido dirigente irá em breve cessar as suas funções nesta instituição.

A assunção das suas funções de administrador dos Serviços Executivos, é bom recordá-lo, fez-se num quadro de particular dificuldade,